

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar—Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
Mandaguari – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	55.500	64.247
Carteira de Crédito *	380.690	467.585
Depósitos	540.000	622.184
Patrimônio Líquido	110.800	127.775
Capital	49.263	49.721
Resultado Antes das Destinações	9.385	23.170
Rentabilidade do PL	8,47%	18,13%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	702.954	623.965	CIRCULANTE	283.209	219.809
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.481	21.710	DEPÓSITOS (NOTA 11)	128.231	101.768
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	369.646	354.737	Depósitos à Vista	99.902	84.972
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	33	Depósitos a Prazo	28.329	16.796
Tesouro Nacional—Recursos Crédito Rural	118	32	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	89.182	69.027
Correspondentes no país	-	104	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5	34
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	369.527	354.568	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	89.177	68.993
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	283.115	214.885	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.073	1.291
Operações de Crédito	297.554	228.701	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.073	1.291
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.439)	(13.816)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	6.589	4.909
OUTROS CRÉDITOS	38.975	28.454	Empréstimos País - Outras Instituições	6.589	4.909
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	101	27	OUTRAS OBRIGAÇÕES	58.134	42.814
Rendas a Receber	1.463	1.058	Cobrança e Arrecadação de Tributos	230	164
Diversos (NOTA 06 e 07)	38.066	27.762	Sociais e Estatutárias	3.714	2.988
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(655)	(393)	Fiscais e Previdenciárias	1.683	945
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.737	4.179	Diversas (NOTA 14)	52.507	38.717
Outros Valores e Bens	6.028	5.530			
(Provisão para desvalorização)	(1.324)	(1.387)			
Despesas Antecipadas	33	36			
NÃO CIRCULANTE	228.935	123.308	NÃO CIRCULANTE	520.905	421.373
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	3.837	2.844	DEPÓSITOS (NOTA 11)	493.953	412.831
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.837	2.844	Depósitos a Prazo	493.953	412.831
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	184.470	85.978	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	22.171	3.761
Operações de Crédito	191.071	91.449	Repasse Interfinanceiros	22.171	3.761
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.601)	(5.471)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	4.781	4.781
OUTROS CRÉDITOS	1.008	87	Diversas	4.781	4.781
Diversos (NOTA 06 e 07)	1.020	89			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(12)	(2)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5	-			
Despesas Antecipadas	5	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	13.077	11.353	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	127.775	106.091
Outros Investimentos	13.077	11.353	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	49.721	44.558
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	19.964	18.165	De Domiciliados no País	49.937	44.677
Imóveis de Uso	7.497	7.042	(Capital a Realizar)	(216)	(119)
Outras Imobilizações de Uso	21.812	18.558	RESERVAS DE SOBRAS	73.856	58.113
(Depreciação acumulada)	(9.345)	(7.435)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.574	4.881	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.198	3.420
Outros Ativos Intangíveis	11.962	8.996			
(Amortização acumulada)	(5.388)	(4.115)			
TOTAL DO ATIVO	931.889	747.273	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	931.889	747.273

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.846	-	52.846	98.209	-	98.209	81.885	-	81.885
Operações de Crédito	52.733	-	52.733	98.001	-	98.001	81.644	-	81.644
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	102	-	102	192	-	192	233	-	233
Resultado das Aplicações Compulsórias	11	-	11	16	-	16	8	-	8
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(26.363)	(43)	(26.406)	(48.209)	(77)	(48.286)	(53.551)	(472)	(54.023)
Operações de Captação no Mercado	(15.555)	(43)	(15.598)	(28.869)	(77)	(28.946)	(35.882)	(49)	(35.931)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.305)	-	(3.305)	(6.334)	-	(6.334)	(6.134)	(423)	(6.557)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.503)	-	(7.503)	(13.006)	-	(13.006)	(11.535)	-	(11.535)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26.483	(43)	26.440	50.000	(77)	49.923	28.334	(472)	27.862
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.929)	2.812	(14.117)	(31.170)	5.130	(26.040)	(11.239)	3.406	(7.833)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.732	7.688	12.420	8.738	14.036	22.774	7.286	9.261	16.547
Rendas de Tarifas Bancárias	6.505	-	6.505	12.168	-	12.168	9.979	-	9.979
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(19.624)	(1.519)	(21.143)	(35.801)	(2.794)	(38.595)	(26.657)	(1.859)	(28.516)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(16.681)	(2.401)	(19.082)	(30.393)	(4.169)	(34.562)	(26.104)	(2.841)	(28.945)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(42)	(388)	(430)	(89)	(710)	(799)	(111)	(471)	(582)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	19.394	315	19.709	35.459	384	35.843	41.520	248	41.768
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(11.213)	(883)	(12.096)	(21.252)	(1.617)	(22.869)	(17.152)	(932)	(18.084)
RESULTADO OPERACIONAL	9.554	2.769	12.323	18.830	5.053	23.883	17.095	2.934	20.029
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(120)	5	(115)	(119)	57	(62)	(242)	110	(132)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.434	2.774	12.208	18.711	5.110	23.821	16.853	3.044	19.897
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(324)	(324)	-	(851)	(851)	-	(124)	(124)
Provisão para Imposto de Renda	-	(182)	(182)	-	(488)	(488)	-	(65)	(65)
Provisão para Contribuição Social	-	(142)	(142)	-	(363)	(363)	-	(59)	(59)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.434	2.450	11.884	18.711	4.259	22.970	16.853	2.920	19.773
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.259	(4.259)	-	2.920	(2.920)	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-	200	-	200	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.434	2.450	11.884	23.170	-	23.170	19.773	-	19.773
DESTINAÇÕES	-	-	-	(18.972)	-	(18.972)	(16.353)	-	(16.353)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.180)	-	(2.180)	(2.675)	-	(2.675)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.049)	-	(1.049)	(855)	-	(855)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(15.743)	-	(15.743)	(12.823)	-	(12.823)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.198	-	4.198	3.420	-	3.420

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP

CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	39.657	45.290	-	1.963	86.910
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.949	-	-	(1.949)	-
Outras destinações	-	-	-	(14)	(14)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.152	-	-	-	3.152
Baixas de capital	(2.814)	-	-	-	(2.814)
Resultado do período	-	-	-	19.773	19.773
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(855)	(855)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.823	-	(12.823)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.614	-	-	(2.675)	(61)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	44.558	58.113	-	3.420	106.091
Mutações do Período	4.901	12.823	-	1.457	19.181
Saldos no início do período em 01/01/2018	44.558	58.113	-	3.420	106.091
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.194	-	-	(3.194)	-
Destinações para reservas	-	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	-	(26)	(26)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.412	-	-	-	3.412
Baixas de capital	(3.588)	-	-	-	(3.588)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	22.970	22.970
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.743	-	(15.743)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.145	-	-	(2.180)	(35)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	49.721	73.856	-	4.198	127.775
Mutações do Período	5.163	15.743	-	778	21.684
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	46.493	58.113	200	11.086	115.892
Capital de associados					
Aumento de capital	1.883	-	-	-	1.883
Baixas de capital	(800)	-	-	-	(800)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	11.884	11.884
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.743	-	(15.743)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.145	-	-	(2.180)	(35)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	49.721	73.856	-	4.198	127.775
Mutações do Período	3.228	15.743	(200)	(6.888)	11.883

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	13.732	27.579	24.633
Resultado do semestre/exercício	11.884	22.970	19.773
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.848	4.609	4.860
Provisão para operações de crédito	1.198	1.753	2.326
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	83	(63)	222
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	184	272	(49)
Depreciação do imobilizado de uso	1.183	2.264	1.778
Amortização do intangível	684	1.273	1.105
Baixas do ativo permanente	15	422	165
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(380)	(271)	51
Destinações ao FATES	(1.049)	(1.049)	(855)
Dividendos SicrediPar	(70)	8	117
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(27.358)	(18.436)	32.089
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(902)	(992)	(1.233)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.988	32	(26)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(118)	(86)	152
Redução em relações com correspondentes	88	104	166
(Aumento) em operações de crédito	(121.591)	(168.475)	(57.949)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	38.693	38.565	(1.054)
(Aumento) em outros créditos	(9.640)	(11.722)	(6.216)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.085	(500)	316
Aumento em depósitos	40.859	107.584	83.515
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	296	(218)	840
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	216	1.680	1.251
Absorção de dispêndios pelo FATES	(186)	(855)	(491)
Aumento em outras obrigações	17.854	16.447	12.818
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(13.626)	9.143	56.722
Aquisição de Investimentos	-	(1.725)	(1.910)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.907)	(4.485)	(5.666)
Aplicações no Intangível	(1.076)	(2.966)	(1.600)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.983)	(9.176)	(9.176)
Integralização de capital	1.883	3.412	3.152
Baixa de capital	(800)	(3.588)	(2.814)
Juros ao capital próprio	(35)	(35)	(61)
Distribuição de Sobras	-	(26)	(14)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.048	(237)	263
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(16.561)	(270)	47.809
Caixa e equivalente de caixa no início do período	392.569	376.278	328.469
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	376.008	376.008	376.278

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 03/09/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de Fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.481	21.710
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	369.527	354.568
Total	376.008	376.278

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.837	2.844
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.837	2.844
Total não circulante	3.837	2.844

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	178.699	115.727	294.426	218.510
Financiamentos	30.278	52.906	83.184	30.254
Financiamentos rurais e agroindustriais	88.577	22.438	111.015	71.386
Carteira total	297.554	191.071	488.625	320.150

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	101	-	101	27
Devedores por compra de valores e bens	429	1.018	1.447	256
Títulos e créditos a receber (i)	31.339	2	31.341	21.739
Total	31.869	1.020	32.889	22.022

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	61	12	-	-
Nível A	0,50	255.876	153.841	1.279	769
Nível B	1,00	163.020	113.724	1.630	1.160
Nível C	3,00	63.639	36.931	1.910	1.108
Nível D	10,00	18.917	15.771	1.892	1.577
Nível E	30,00	4.198	4.230	1.259	1.269
Nível F	50,00	2.435	7.080	1.218	3.540
Nível G	70,00	2.829	1.079	1.980	755
Nível H	100,00	10.539	9.504	10.539	9.504
Total		521.514	342.172	21.707	19.682

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.888	57.226	66.153	122.313	251.580	158.055
Rural	517	16.904	71.156	22.438	111.015	71.386
Industrial	729	21.084	8.577	8.258	38.648	33.002
Comércio	967	31.318	24.783	25.072	82.140	55.872
Outros Serviços	300	12.593	11.228	14.010	38.131	23.857
Total	8.401	139.125	181.897	192.091	521.514	342.172

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	31.920	6,12	31.849	9,31
50 devedores seguintes	67.848	13,01	57.455	16,79
100 devedores seguintes	63.423	12,16	46.060	13,46
Demais	358.323	68,71	206.808	60,44
Total	521.514	100	342.172	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	19.682	17.405
Constituição de provisão	13.006	11.535
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.981)	(9.258)
Saldo final	21.707	19.682

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.528 (2017 - R\$ 4.271), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 12.379 (2017 - R\$ 9.351).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	1.265	179
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	801	2.411
Devedores por compra de valores e bens	429	168
Devedores por depósitos em garantia	1.869	1.959
Impostos e contribuições a compensar	419	404
Títulos e créditos a receber	31.339	21.738
Valores honrados	-	2
Cotas de consórcio	48	34
Devedores por convênios	37	47
Operações com cartões	822	51
Pendências a regularizar	555	215
Outros	482	554
Total Circulante	38.066	27.762
Devedores por compra de valores e bens	1.018	88
Títulos e créditos a receber	2	1
Total não circulante	1.020	89

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	6.028	5.530
Imóveis	4.995	4.302
Veículos e afins	439	131
Bens em regime especial	594	1.097
Despesas antecipadas	33	36
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.324)	(1.387)
Total Circulante	4.737	4.179
Despesas antecipadas	5	-
Total não circulante	5	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.324 (2017 - R\$ 1.387) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	8.766	7.042
Sicredi Participações S.A.	4.310	4.310
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	13.077	11.353

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.389.012 ON	1.389.012 ON	1	1	8.766.589	7.042.071
	2.920.671 PN	2.920.671 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,49%	0,49%	0,62%	0,61%	3,86%	3,67%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	4.310	4.310	1	1	8.766	7.042

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	29.309	(9.345)	19.964	18.165
Imobilizações em curso	-	1.992	-	1.992	1.538
Terrenos	-	2.325	-	2.325	1.875
Edificações	4%	5.172	(769)	4.403	4.603
Instalações	10%	6.294	(2.558)	3.736	3.557
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.520	(1.909)	3.611	3.187
Sistema de comunicação	10%	178	(100)	78	80
Sistema de processamento de dados	20%	6.010	(3.389)	2.621	2.317
Sistema de segurança	10%	970	(304)	666	565
Sistema de transporte	20%	848	(316)	532	443
Intangível (i)		11.962	(5.388)	6.574	4.881
Investimentos Confederação		11.962	(5.388)	6.574	4.881
Total		41.271	(14.733)	26.538	23.046

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	99.902	-	-	99.902	84.972
Depósitos a prazo	9.019	19.310	493.953	522.282	429.627
Total	108.921	19.310	493.953	622.184	514.599

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	89.177	68.993
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	89.177	68.993
Total circulante	89.177	68.993
Recursos do Crédito Rural	22.171	3.761
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.171	3.761
Total não circulante	22.171	3.761

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 07/04/2024, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	6.589	4.909
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.589	4.909
Total circulante	6.589	4.909

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	2.789	3.839
Obrigações por convênios oficiais	9	10
Provisão para pagamentos a efetuar	9.875	5.665
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	2.719	2.990
Outras Contingências	17	9
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	789	688
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	226	287
Pendências a regularizar	72	20
Operações com cartões	31.451	21.262
Demais fornecedores	1.420	1.520
Credores diversos	3.140	2.427
Total circulante	52.507	38.717
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	4.781	4.781
Total não circulante	4.781	4.781

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	2.296	76	(483)	1.889
Cível	687	506	(375)	818
Tributária	7	5	-	12
Total	2.990	587	(858)	2.719

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	1.889	2.296
Cível	Provável	818	687
Tributária	Provável	12	7
Total		2.719	2.990

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 20; R\$ 1.751; R\$ 2.156 (2017 - R\$ 0, R\$ 1.569 e R\$ 454), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 116347.20452/2013-02 desde 10/09/2013, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo não atendimento de RMF. O processo encontra-se em fase de impugnação ao lançamento de multa tramitando junto à Receita Federal em Londrina, atingindo o valor de R\$ 1.597, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	49.721	44.558
Total de associados	64.247	54.000

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.163 (2017 – R\$ 4.901), sendo R\$ 5.339 (2017 – R\$ 4.563) via integralização de resultados e R\$ 3.412 (2017 – R\$ 3.152), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.588 (2017 – R\$ 2.814).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,68% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.180, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	23.821	19.897
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.005)	(8.357)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	27	2
Provisão resgate de milhas cartão	85	45
Provisão PPR	36	47
Receita com atos cooperativos	7.859	7.078
Juros sobre capital próprio	916	1.124
Outros	231	(64)
Subtotal	9.154	8.232
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(851)	(124)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.837	2.844
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	369.527	354.568
Outros Créditos - Rendas a receber	1.160	701
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.020	2.712
Investimentos (Nota 09)	13.077	11.353
Intangível (Nota 10)	6.574	4.881
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	111.348	72.754
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.589	4.909
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	31.232	21.225
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	5.007	5.068
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	192	233
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.080	2.622
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	24.894	34.110
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.334	6.557
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.205	1.709
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	12.063	11.060

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	472	0,47%	66
Depósitos a prazo	2.122	0,41%	1.085
Operações de crédito	2.681	0,55%	2.486

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	6.909	3.726

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	753	666
Despesa de aluguéis	3.071	2.721
Despesa de comunicação	1.483	1.480
Despesa de manutenção e conservação	1.366	1.225
Despesa de material	522	460
Despesa processamento dados	1.082	537
Despesa de promoções e relações públicas	2.768	2.032
Despesa de propaganda e publicidade	414	209
Despesa de seguro	368	256
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.624	3.361
Despesa de serviços de terceiros	844	696
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.308	2.080
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.440	2.071
Despesa de serviços de transportes	2.287	2.480
Despesa de viagem	886	1.605
Despesa de depreciação	2.264	1.778
Despesa de dispêndios assistência técnica, educacional e social	1.152	984
Outras despesas administrativas	6.930	4.304
Total	34.562	28.945

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	7.471	5.144
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	24.424	33.605
Reversão de provisões operacionais	2.652	2.010
Outras rendas operacionais	1.296	1.009
Total	35.843	41.768

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.661	779
Contribuições Cooperativistas	197	192
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.029	882
Contribuição Confederação Sicredi	8.351	7.119
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.149	895
Encargos da administração financeira	162	190
Repasse administradora de Cartões	550	938
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.273	1.104
Outras provisões operacionais	2.170	2.246
Outras despesas operacionais	6.327	3.739
Total	22.869	18.084

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	44.602	34.702
Coobrigações em cessões de crédito	81	104
Total	44.683	34.806

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	124.206	105.703
Nível I (NI)	121.201	102.662
Capital principal - CP	121.201	102.662
Capital social	49.721	44.558
Reservas de capital	73.856	58.113
Lucros acumulados	4.198	3.420
Ajustes Prudenciais	(6.574)	(3.429)
Nível II (NII)	3.004	3.041
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	3.004	3.041
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	665.139	490.527
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.364	1.383
Margem de Capital (i)	49.003	52.815
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,67%	21,55%
Situação de Imobilização (Imob)	19.965	19.618
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,07%	18,56%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

 Marcelo Filinberti de Bortoli
 Diretor Executivo
 CPF: 678.276.750-34

 Cristiano Martinelli
 Diretor de Operações
 CPF: 001.287.999-19

 Mario Henrique Barboza Sinkoc
 Contador
 CRC: PR-063455/O-1
 CPF: 057.452.139-90